

ANTECEDENTES DA INSTALAÇÃO HIPERTARDIA DA TIPOGRAFIA AO BRASIL (1747-1808)¹

Aníbal Bragança²

Introdução

Ao comemorar-se o bicentenário da implantação definitiva da tipografia no Brasil em 1808, com a criação da Imprensa Régia, atual Imprensa Nacional, a primeira editora permanente a existir na América portuguesa, fundada em 13 de maio, logo após a chegada da corte imperial ao Rio de Janeiro, é justo que se ressalte a figura precursora de António Isidoro da Fonseca, impressor-editor, que primeiro instalou em terras brasileiras uma oficina tipográfica, em 1747³. Segundo o historiador Artur Anselmo, Fonseca foi, com sua primeira oficina, em Lisboa, um dos dez maiores editores portugueses da “fase esplendorosa” do reinado de D. João V (1707-1750), em “número de obras acabadas”. Foi ele também que, 61 anos antes da criação da Imprensa Régia, publicou, no Rio de Janeiro, o primeiro livro impresso em terras brasileiras e só por isso mereceria melhor sorte em nossa historiografia.

¹ Este trabalho é resultado de projeto de pesquisa em desenvolvimento, com apoio do CNPq, com bolsa de produtividade.

² Professor associado da Universidade Federal Fluminense (Niterói-RJ). Mestre e doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador bolsista e consultor *ad hoc* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Coordenador do Núcleo de Pesquisa Livro e História Editorial no Brasil (Lihed-UFF) – www.uff.br/lihed. Autor de *Livraria Ideal, do cordel à bibliofilia*. 2. ed. S. Paulo: Edusp, 2009.

³ Para as discussões sobre supostas tipografias brasileiras no período colonial anteriores a 1808 ver: Martins (2001, p. 201-299ss).

Evocaremos aqui, também, a figura do notável naturalista e editor Frei José Mariano da Conceição Veloso, nascido em Minas, em 1742, portanto, tinha 5 anos quando foi instalada a oficina de António Isidoro no Rio, e que foi o principal responsável por aquela que pode ser considerada a primeira editora brasileira, embora criada em Lisboa, a Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801), com relevantes serviços em favor do livro e da leitura em Portugal e no Brasil.

A seguir iremos traçar alguns indicadores que podem mostrar continuidades entre o Arco do Cego, a Impressão Régia de Lisboa e a criação da Impressão Régia do Rio de Janeiro, em 1808.

Dessa forma pretendemos apontar, de permeio, as razões que podem explicar a tardia implantação da tipografia no Brasil.

O nosso primeiro editor-impressor

Veríssimo (1900, p. 32), em estudo pioneiro, apresenta António Isidoro da Fonseca como o “patriarcha da imprensa no Brasil”. Tal epíteto, entretanto, foi esquecido, talvez por não ter Isidoro deixado aqui uma descendência que lhe pudesse glorificar o nome. Ao contrário, imediatamente após ter notícia da sua oficina e de suas edições no Rio de Janeiro, a Corte expediu, em 10 de maio de 1747, uma Resolução do Conselho Ultramarino e uma Ordem Régia, mandando fazer o seqüestro de todas as letras de imprensa que fossem encontradas no estado do Brasil, frustrando a iniciativa pouco tempo depois de encetada.

O inglês Laurence Hallewell, autor de alentado e utilíssimo estudo sobre a história do livro brasileiro, desqualifica a iniciativa pioneira do editor lisboeta, chegando a afirmar ser impossível não “estranhar seu otimismo – ou sua ignorância”, pois supõe que “não havia [...] qualquer possibilidade de que Isidoro pudesse viver da impressão de livros” no Brasil, calculando que “ele pudesse contar com no máximo 1.250 fregueses em potencial” (HALLEWELL, 2005, p. 89). Entretanto, sabe-se sobejamente que os editores-impressores não se ocupavam apenas de produzir livros e, sim, destes e de outros impressos.

Hallewell (2005, p. 90) considera ainda que é “difícil [...] atinar com a razão pela qual se dispunha [Fonseca] a enterrar-se num lugar que, até pouco tempo antes, não passava de um pequeno posto de defesa, de pouca importância econômica e ainda menor significado cultural”, mostrando desconhecer que a decisão estava voltada para o futuro, e que já então, com o apogeu da extração aurífera, a cidade estava em progresso e era possível prever um crescimento ainda maior. Em 1763 o Rio de Janeiro seria a capital e sede da administração colonial.

A atuação do editor-impressor pioneiro no Brasil é até hoje um campo pouco explorado por nossos historiadores e menos ainda pelos colegas portugueses. Mesmo a recente obra *Gentes do livro – Lisboa, século XVIII*, organizada sob a direção de Manuela D. Domingos e editado pela Biblioteca Nacional, de Lisboa – um admirável levantamento de fontes sobre editores, impressores, livreiros, encadernadores etc. atuantes em Portugal no período indicado –, dedica-lhe apenas poucas linhas, parecendo ignorar até a importância que teve em Lisboa, onde foi editor de grandes nomes, como o de António José da Silva, o Judeu. Aliás, o processo sofrido por este seu editado, queimado nas fogueiras da Inquisição, em 1739, poderá ter sido uma razão que justificaria a vinda do editor para a Colônia.

No Brasil, Fonseca foi objeto de pesquisa, periférica, do jornalista Alberto Dines, biógrafo de *O Judeu*, que resultou em artigo publicado em 1999, com o título “Aventuras e desventuras de Antônio Isidoro da Fonseca”, que apesar de apresentar alguns dados novos, mantém a tradição de ver o episódio da proibição como expressão da chamada política obscurantista da metrópole, afirmando que “São muitas as evidências de que o Brasil foi penalizado pela coroa com um tratamento diferenciado, muito mais rigoroso, se comparado com as demais colônias portuguesas”, o que, segundo o autor, só “pode ser explicada por sua riqueza, pela relativa proximidade da Europa e pelo número de reinóis aqui radicados, tornando-a um foco potencial de agitação e rebeldia” (DINES, 1999, p. 76).

Com exceção do que foi escrito sobre duas edições que podem ter sido publicadas ou impressas por António Isidoro, mas que não

levam seu nome, o que resultou em “charada bibliográfica”, segundo o bibliófilo e jornalista Felix Pacheco (1931), o nome do “patriarca de nossa imprensa” tem sido apenas lembrado em nossa historiografia no contexto das discussões sobre as possíveis razões da hipertardia implantação da tipografia na América portuguesa, mais pela sua interdição que pelo reconhecimento de seu trabalho.

A proibição de funcionamento de sua oficina tem servido como motivo para invectivas contra o sistema colonial e contra a Metrópole, em produções de intelectuais herdeiros de uma tradição historiográfica de combate, que, em geral, não vão além de uma condenação simplória da política portuguesa para a colônia, como, por exemplo: “O regime de Portugal, por todo o período da colônia, asfixiou a manifestação do pensamento por meio da palavra impressa, sendo responsável pelo atraso do Brasil na montagem de prelos e tipografias” (BAHIA, 1972, p. 13), a que se segue a referência ao documento de 1747⁴:

Escrevase aos Governadores do Estado do Brasil, que por constar, que deste Reino tem hido quantidade de letras de imprensa para o mesmo Estado, no qual não he conveniente se imprimão papeis no tempo presente, nem pode ser de utilidade aos impresores trabalharem no seo officio aonde as despesas são mayores que no Reino do qual podem hir impresos os Livros e papeis no mesmo tempo em que delle devem hir as Licenças da Inquiziçam e do concelho, sem as quais se não podem imprimir nem correrem as obras pelo que se lhe ordena que constandolhe, que se achão algumas Letras de imprensa nos Limites dos Governos de cada hum de lhes as mandem sequestrar, e remeter para este Reino por conta e risco de seos donnos, a entregar a quem elles quiserem e mandem noteficar aos donnos das mesmas Letras e aos officiaes de imprensa que houver para que não imprimão, nem consintão que se imprimão, Livros, obras, ou papeis alguns avulsos, sem embargo de quaesquer Licenças, que tenham para a dita impressão, cominandolhe a penna de que fazendo o contrario serão remetidos prezos para este Reino a ordem do Conselho Ultramarino para se lhes imporem as pennas em que tiverem incorrido na conformidade

⁴ Para um panorama geral das posições da historiografia brasileira sobre a questão, ver: Melo (1973), especialmente o capítulo III: “Implantação da imprensa no Brasil – Fatores socioculturais que geraram o seu retardamento”.

das Leys, e ordens de S. Magestade; E aos Ouvidores, e Ministros mandem intimar esta mesma ordem da parte de S. Magestade para que lhe dem a sua devida execussam e as fação registrar nas suas ouvidorias. Lisboa 10 de Mayo de 1747.

Passa-se ao largo do contexto da medida e estende-se a abrangência de sua eficácia para todo o período colonial, mesmo considerando-se que somente a partir do século XVIII teria sido a tipografia “exigida” pela dinâmica social da América portuguesa e apenas nesse período legalmente reprimida, dentro de um complexo contexto político e econômico específico. Ignora-se que a realidade dos séculos XVI e XVII, quando a colônia tinha um incipiente desenvolvimento urbano e uma população rarefeita, em grande parte composta por escravos, onde quase todos eram analfabetos, não houve iniciativas, nem do governo nem de particulares para criação de tipografias. Mesmo os Jesuítas, talvez os que mais dela precisassem em suas escolas, também, ao que se sabe, ao certo, não tomaram essa providência na Colônia⁵. Esquece-se também do período em que Portugal ficou submetido ao domínio espanhol (1580-1640), durante o qual – seis décadas – também não houve por parte da Espanha nenhuma iniciativa nesse sentido, embora tenha feito isso nas áreas que conquistou no século XVI, onde logo encontrou prata e ouro em abundância, e, especialmente, defrontou-se com culturas em avançado desenvolvimento, como os astecas e os maias⁶, que já tinham escrita e produziam livros (ESCOLAR, 1984, p. 350-354). Como também fez Portugal, no mesmo século, nos territórios conquistados no Oriente (Goa e Macau) (MARTINS, 2001, p. 95).

Um dos poucos estudos que escapa das armadilhas da historiografia “engajada”, a qual critica, é a tese de José Marques de Melo, *Sociologia da imprensa brasileira, a implantação*, de 1973, que aponta, para explicar a hipertardia implantação da tipografia na Colônia, a existência de fatores

⁵ Serafim Leite (1953, p. 102-103) registra a existência na ordem de dois irmãos, José Correia e António da Costa, que receberam a indicação de tipógrafo e, ao seguindo, acrescida da de impressor, dentre aqueles que se encarregavam das bibliotecas e da “necessidade permanente de defender os livros contra o cupim e outros inimigos”, cuidando de os “limpar, restaurar e encadernar”.

⁶ Os incas, do Peru, não tinham escrita, mas criaram o “quipus”, um instrumento de memorização feito com cordas e nós.

socioculturais e não o “sistema político repressor” metropolitano⁷. Ao contrário, afirma que “não existiu uma legislação expressamente restritiva à instalação de tipografias no Brasil”, considerando o texto de 1747, que extinguiu a tipografia de Ant3nio Isidoro da Fonseca, do Rio de Janeiro, uma a33o “isolada de confisco [de] oficina montada sem autoriza33o dos governantes metropolitanos” (MELO, 1973, p. 97-98), e afirma que “na realidade, o governo portugu4s n3o chegou a expedir disposi33es legais que vedassem taxativamente a instala33o e funcionamento de tipografias no Brasil”.

Entretanto, ao generalizar para todo o per3odo colonial sua tese sobre o atraso da chegada da tipografia no Brasil, fundamentada em “fatores socioculturais”, incorre em erro similar ao dos que critica, embora com sinal invertido. Se durante os primeiros s3culos n3o haveria exig4ncia social nem pol3tica de tipografia na Col3nia (embora pudesse haver, em dimens3es talvez modestas, na 3rea educacional), o mesmo n3o se pode afirmar a partir do s3culo XVIII, depois da descoberta das minas e suas consequ4ncias sobre a vida colonial – e da metr3pole –, em todos os seus aspectos⁸.

Ao apontar Jos4 Marques de Melo para a necessidade da “autoriza33o dos governantes metropolitanos”, lembra, entretanto, que n3o se podem ignorar as bases legais para a instala33o e o funcionamento de qualquer estabelecimento comercial ou manufactureiro, em qualquer 3poca e lugar (e mais severamente no contexto do *Ancient R4gime* e do Antigo Sistema Colonial).

As atividades das “gentes do livro” foram sempre objeto de regula33es pelos poderes, quer o real quer o religioso ou ambos⁹. E mais, h3 que levar em conta a forma33o e perman4ncia das corpora33es de of3cios, que buscavam garantir, diante do poder real e, especialmente,

⁷ Sua tese seria fortalecida, parcialmente, com o trabalho de Hallewell (2005, p. 80), que afirma: “Nesse primeiro s3culo e meio de col3nia, a administra33o do Brasil era t3o rudimentar e a popula33o t3o pequena e espalhada por uma 3rea t3o vasta que a ind3stria da impress3o n3o era administrativamente necess3ria nem economicamente poss3vel”.

⁸ Ver, dentre outros, *A na33o mercantilista*, de Jorge Caldeira, S. Paulo: Editora 34, 1999.

⁹ Fernando Guedes (1993, p. 14) destaca que j3 em 1501 ou 1502, alguns anos depois da introdu33o da imprensa em Portugal, “surge o primeiro arremedo de prote333o 3quele que custeava uma edi33o: eram os privil4gios reais”.

diante de outros artesãos ou oficiais mecânicos, os privilégios, políticos, sociais e econômicos, e as benesses alcançadas, especialmente diante de concorrentes estrangeiros.

Para instalar-se na Colônia os livreiros e, eventualmente, os impressores deveriam não só obedecer às imposições legais de qualquer negócio como também lutar contra os interesses dos colegas metropolitanos que procuravam reservar para si o mercado colonial, não se podendo ignorar também que, mesmo em Lisboa, havia muitas disputas de mercado entre os negociantes portugueses e os estrangeiros, especialmente os holandeses e os franceses, que com eles lutavam por espaços no mercado português¹⁰.

Em 1755 os poucos livreiros estabelecidos no Rio de Janeiro chegaram a requerer à MetrÓpole que lhes fosse também permitido organizar-se numa corporação, para que pudessem receber os mesmos “privilégios, isenções e liberdades” que gozavam os de Lisboa, que estavam submetidos, desde 1733, ao “Regimento do Ofício de Livreiros”. O pedido não foi aceito (BRAGANÇA, 2001, p. 137-138) e nisso certamente houve influência dos livreiros metropolitanos. Nesse mesmo ano também as corporações em Portugal, com o decreto que criou a “Junta de Comércio destes Reinos e seus Domínios”, teriam de suportar “os vendavais” (GUEDES, 1993, p. 80-81) do período pombalino.

Antônio Isidoro da Fonseca e o Bispo D. Antônio do Desterro Malheyro

A primeira edição feita no Brasil foi o relato da “entrada” do Bispo D. Antônio do Desterro Malheyro, escrita pelo Juiz de Fora e Provedor de Defuntos e Ausentes, Luiz Antonio Rosado da Cunha. Tinha, como era comum na época, um longo título: *Relação da Entrada que fez o Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor D. F. Antonio do Desterro Malheyro, Bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste prezente Anno de 1747, havendo sido seis Annos Bispo do Reyno de Angola, donde por nomiação de Sua Magestade,*

¹⁰ Ver, além da obra de Guedes, citada, também os trabalhos de Manuela D. Domingos incluídos na bibliografia.

e *Bulla Pontificia, foy promovido para esta Diocesi*. No rodapé a indicação “Com licenças do Senhor Bispo”. Não havia qualquer referência a ser este o primeiro livro escrito, editado e impresso em terras brasileiras. Nossa história editorial se iniciou com uma obra modesta, mas com elevada qualidade gráfica, apesar de ter sido publicada em tempo muito curto.

Moraes (1975, p. 141-142), acha surpreendentes as circunstâncias em que isso ocorreu. Ele afirma:

Se pensarmos bem, tudo nesse folheto é contra a lei e António Isidoro da Fonseca bem o sabia, como se vê do seu requerimento. Ele não podia pedir licença somente ao bispo e ignorar a autoridade civil. Isidoro atribuiu ao bispo uma autoridade que lhe cabia somente em parte. Como bispo (ordinário) e como delegado do Santo Ofício no Rio, D. António do Desterro só podia atestar que a *Relação* nada tinha contra a Santa Fé, mas não podia (e, aliás, não o fez) atestar que não era obra subversiva, ou infestada de idéias contra o Estado, como se costumava alegar quando era o caso.

Por que teria isso ocorrido? Essa e outras perguntas, como: quando chegou ao Rio de Janeiro?, a convite de quem?, e por quê?, ainda carecem de respostas conclusivas, mas aqui pretendemos contribuir, modestamente, para sua elucidação..

Sacramento Blake (1883/1970, p. X-XI) afirma que, antes da chegada da Família Real,

apenas uma typographia aqui se inaugurou, no meiado do seculo passado, por iniciativa de uma sociedade litteraria, a dos selectos, instituida por consentimento e sob os auspicios do governador Conde de Bobadella, a quem esta sociedade tecera tantos encomios, que – parece – fora ella instituida só para ologial-o.

Outros autores atribuem a iniciativa ao próprio governador Gomes Freire de Andrada, futuro Conde de Bobadela, considerado um amigo das letras e incentivador da criação de academias literárias, ou, pelo menos, à sua proteção ter sido possível instalar-se Isidoro com sua tipografia no Rio de Janeiro.

Entretanto, o historiador e editor Francisco G. Cunha Leão, até recentemente diretor da Biblioteca da Ajuda (do Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa), em “Notas bibliográficas”, apresenta seu “opúsculo” sobre “A primeira imprensa joanina no Brasil – A oficina de António Isidoro da Fonseca”¹¹, onde afirma: “é natural que o impressor António Isidoro da Fonseca tenha sido convidado a acompanhar o bispo mediante a perspectiva de trabalho seguro e a necessidade do bispado em dispor de meios tipográficos adequados; neste sentido surgem as licenças concedidas pelo bispo à edição do folheto, talvez à revelia do poder real”.

Infelizmente, além de não ser “natural” tal possibilidade, o autor do texto não dá nenhuma pista de onde poderia ter encontrado ao menos um indício ou a fonte para a conjectura.

Sabemos, no entanto, que a prática de um bispado manter tipógrafo e oficina a seu serviço não era rara e o historiador Artur Anselmo (1997, p. 87-88) o confirma, ao tratar dos impressores joaninos: “Há mesmo os que trabalham exclusivamente para a Inquisição, para os bispos, para casas abastadas da nobreza, para as academias ou para a Casa Real”.

Não se deve deixar de reconhecer que há uma lógica na hipótese levantada por Cunha Leão, e assim que ela pode ser base para uma pesquisa que a comprove ou rejeite. A ser consistente a possibilidade, restaria, ainda, saber se teria havido alguma “conversação” do bispo com o governador para que este apoiasse a iniciativa, que, como afirmou Marques de Melo, não era proibida expressamente.

António Isidoro da Fonseca publicou ainda na oficina do Rio de Janeiro, também em homenagem ao Bispo, com quem, se pode supor, chegou ao Brasil, em 1º de dezembro de 1746¹², dois conjuntos de poemas: um “Aplauso” sob a forma de “romance heróico” e “Epigramas”¹³. Além destes, comprovadamente, publicou também uma tese, *Concluziones metaphysicas de Ente Reali*, do padre jesuíta Francisco de Faria.

Dois outros livros – *Exame de Artilheiros* e *Exame de Bombeiros* –, de autoria do Sargento-mor José Fernandes Pinto Alpoim, constituem,

¹¹ Biblioteca da Ajuda. Disponível em: <http://www.ippar.pt/sites_externos/bajuda/htm/geral/index03.htm>. Acesso em: 12 ago. 2008.

¹² Para mais informações, ler: Bragança (2009).

¹³ Também reproduzidas, em fac-símile, no “Appendice” de Pacheco (1931).

segundo Felix Pacheco “charadas bibliográficas”, sendo até hoje de discutível atribuição ao editor António Isidoro da Fonseca.

Leão (2007) assegura que os caracteres usados na edição do livro *Exame de Bombeiros* são os da fundição de Villeneuve utilizados nas oficinas de Lisboa e Rio de Janeiro por António Isidoro da Fonseca. Para esse pesquisador a edição foi provavelmente já efetuada em Portugal, após volta do Rio de Janeiro (que não se sabe precisamente quando ocorreu) e “é datável de cerca 1750, sendo assim a última que se conhece deste impressor”. Isidoro, nessa época, tentou voltar a montar sua oficina no Rio de Janeiro, sem êxito¹⁴.

Frei Veloso e a Casa Literária do Arco do Cego

Frei José Mariano da Conceição Veloso nasceu em São José del Rei, comarca de Rio das Mortes, hoje Tiradentes, na então província de Minas Gerais, em 14.10.1741 (STELLFELD, 1952, p. 7s). Tornou-se franciscano no convento de S. Boaventura em Macacú (hoje área do município de Itaboraí – RJ), em 1761. Professou em 1762 e em 1766 foi ordenado no convento de Santo António, no Rio de Janeiro. Em 1771 era docente de Geometria no convento de S. Paulo onde recebeu o título de confessor. Posteriormente deu lições de História Natural no convento de Santo António. Começou desde cedo a dedicar-se aos estudos de Botânica, tendo transformado a sua cela, no convento, num museu e herbário. Em 1779 foi eleito lente de retórica do convento de S. Paulo (BORGMEIER, 1961, p. 3s).

Em 1783, a convite do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, iniciou, oficialmente, seus trabalhos como naturalista. Após oito anos de trabalhos, em 1790, com os originais da obra *Florae Fluminensis* concluídos, foi convidado e aceitou acompanhar o vice-rei que retornava à Corte. Levou, além dos originais, vasto material museológico contido em “70 caixões” para o Real Museu e Jardim da Ajuda. Nos primeiros anos de permanência em Lisboa trabalhou nessa instituição e na Academia Real das Ciências de Lisboa.

¹⁴ Bragança (2009), transcreve o documento em que Fonseca solicita autorização para retomar suas atividades no Brasil.

Rodrigo de Sousa Coutinho nasceu em Chaves, norte de Portugal, em 1755, de família aristocrática, afilhado do Marquês de Pombal. Coursou o Colégio dos Nobres e a Universidade de Coimbra, iniciando sua carreira diplomática em 1777, como ministro plenipotenciário em Turim, onde ficou por quase 20 anos. Foi convidado pelo Príncipe Regente D. João, para ocupar o cargo de ministro e secretário de Estado da Marinha e Ultramar, regressando a Portugal para tomar posse, em 7 de setembro de 1796.

Vivia-se um período, no campo político, considerado de “grande agitação, sem precedentes” (Pedreira; Costa, 2008, p. 83), tanto internacionalmente quanto em Portugal. Aqui, começaram a delinear-se, no interior do governo, o que viriam a ser considerados os “partidos” inglês (ou “pombalista”) e francês (ou da “grande nobreza”), tendo como expoentes, respectivamente, D. Rodrigo de Sousa Coutinho e o marquês de Ponte de Lima, que, além de divergências ideológicas, inseriam-se diferentemente entre as duas maiores potências da Europa, no contexto do grande conflito internacional.

O auspicioso encontro de D. Rodrigo e Frei Veloso, certamente ocorreu quando este se encontrava em grande desânimo por não conseguir publicar sua obra *Florae Fluminensis*, o que o levou a entrar em crise com a Academia de Ciências de Lisboa, da qual viria a ser excluído em 13 de janeiro de 1798. Segundo o pesquisador João Carlos Pires Brigola, o desligamento certamente decorreu “do processo de impressão da sua obra botânica, que se arrastava desde o decreto real de 9 de julho de 1792, muito mais do que de qualquer desentendimento de carácter científico” (BRIGOLA, 2003, p. 291n).

Convidado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que o acolheu em sua casa, Frei Veloso começa a colaborar nos projetos *iluministas* do ministro e secretário de Estado, desde 10 de agosto de 1797¹⁵. Um ano depois, já estarão sendo publicadas nos impressores habituais de Lisboa muitas brochuras, diretamente redigidas em português ou traduzidas principalmente do francês, de caráter pedagógico e prático, que tratavam, segundo o caso, da cultura de plantas e/ou a manufatura de produtos os

¹⁵ Cf. Leme (1999, p. 79) “Conta ao Il.m^o e Ex.mo. Sr. D. Rodrigo de Souza dos *Trabalhos velosianos*, de 10 de Agosto de 1797 a 1798 no Mesmo Dia em um Ano Mandados fazer por S. Ex.^{as}”.

mais diversos. Como afirmou Condorcet (1993 [1794]), ao se referir aos benefícios da invenção da tipografia: “As luzes se tornavam, de alguma maneira, um objeto de comércio”.

Destaca Silva (2006), “diferentemente das memórias científicas publicadas pela Academia Real das Ciências, que se endereçavam a uma elite, tratavam-se de brochuras de caráter prático e pedagógico, que se dirigiam a um público *médio* de pequenos proprietários, agricultores e artesãos”.

Frei Veloso, no Prefácio que escreveu para o tomo 1, parte I de *O Fazendeiro do Brasil*¹⁶, publicado em 1798¹⁷, registra a incumbência que recebeu de D. Rodrigo de Sousa Coutinho: “ajuntar e trasladar em português todas as memórias estrangeiras que fossem convenientes aos Estabelecimentos do Brasil, para melhoramento da sua economia rural e das fábricas que dela dependem, pelas quais ajudadas houvessem de sair do atraso e atonia em que actualmente estão e se pusessem ao nível com os das nações nossas vizinhas e rivais no mesmo continente, assim na quantidade como na qualidade dos seus generos e produções” (Cf. LEME, 1999, p. 79).

A função de editor-impressor desenvolvida por Frei José Mariano ficou bem delineada perante a comunidade científica, à qual recorreu para viabilizar o portentoso projeto. Chamou à participação jovens diplomados na Universidade de Coimbra, a maioria deles nascida no Brasil, ou a personalidades reconhecidas em algum domínio científico, que formaram em torno dele um tipo de “constelação brasileira” ou, como definiu, Lyra (1994, p. 83s), o “centro de arregimentação do saber” na estratégia da política reformista dirigida por D. Rodrigo de Sousa Coutinho. A partir daí foi desenvolvido enorme esforço para, a exemplo das ‘nações cultas e civilizadas’, dar conhecimento da “Nova Agricultura”, baseada nos princípios agronômicos decorrentes da Filosofia Natural setecentista.

Em todas as edições, como compilador, coordenador e tradutor ou prefaciador, nota-se a prioridade de Frei Veloso dada à divulgação, sob o

¹⁶ Acessível, como os demais volumes de *O Fazendeiro do Brasil*, no acervo digital do IEB-USP: <http://143.107.31.150/brasilCienciaPdf/VELOSO_O_Fazendeiro_do_Brasil_Mindlin_0390_original.pdf>.

¹⁷ Impresso na Régia Officina Typographica, de Lisboa.

lema “Sem livros não há instrução”¹⁸. Segundo Miguel Faria, a vertente lúdica do “instruir deleitando”, onde o recurso à imagem da “facilitação” e do “ornamento” constituíam, juntamente com a “linguagem de fácil entendimento”, duas “faces da mesma moeda, caracterizaram o padrão das edições do Arco do Cego”. Destaca, ainda, Faria que Veloso tinha a “preocupação de fazer chegar ao maior número [de leitores] justificando as traduções “para que nada falte a estes homens uteis, que habitão os campos, e sustentão as Cidades”, conforme o Prefácio no livro *Tratado Histórico e Fysico das Abelhas*, de Francisco de Faria e Aragão, publicado no Arco do Cego, em 1800 (FARIA, 1999, p. 120).

O sucesso e o fim da Casa Literária do Arco do Cego

Apesar de sua breve existência, a Casa Literária do Arco do Cego, em seus 28 meses de funcionamento – de agosto de 1799 a dezembro de 1801 – publicou mais de oitenta títulos bibliográficos. Se a estes forem acrescentados os que, de alguma forma, têm participação de Frei Veloso, o total atingirá de 140 títulos, em período que se alargará para alguns anos antes da criação do Arco do Cego.

Segundo o historiador Artur Anselmo (1997, p. 110), “o estabelecimento de Frei Mariano Veloso teve uma actividade febril: bem equipado [...], beneficiou das vistas largas do ministro e da criatividade industrial do seu director”. Anselmo sintetiza: “Veloso tinha duas preocupações principais: mandar traduzir (sobretudo do francês) o que de melhor se publicava lá fora no campo da divulgação científica e abastecer o Brasil, seu país natal, de manuais de botânica, agricultura e actividades congêneres, desde a herborização de produtos tropicais (café, cacau, chá, tabaco) até à apicultura, aos lacticínios, à construção, à hidráulica e às experiências eléctricas, estas então uma novidade que fazia abrir de espanto a boca dos curiosos”.

¹⁸ VELLOZO, 1800a: IV. Este lema deu título à exposição realizada na Biblioteca Nacional, de Lisboa, em 1999, comemorativa do bicentenário de A Casa Literária do Arco do Cego, cujo catálogo está referido na bibliografia.

Tudo nos indica que, de modo simples, se pode compreender o fim do Arco do Cego: esta editora atendia aos superiores interesses de difusão de ensinamentos técnicos, práticos e artísticos (especialmente de desenho e artes gráficas), de D. Rodrigo de Sousa Coutinho e Frei Veloso, e a eles, como agentes públicos, estava ligada. Quando o ministro foi promovido a um lugar mais proeminente na estrutura de poder, o de ministro de Negócios da Fazenda e presidente do Real Erário, passando conseqüentemente a ser o dirigente superior da Impressão Régia, será a ela, como instituição mais representativa do poder central, e de maior alcance potencial, que o ministro irá favorecer.

Logo após assumir as novas funções, Coutinho promoveu uma ampla reforma da Impressão Régia¹⁹, a qual enriqueceu transferindo para lá todo o acervo material e simbólico do Arco do Cego, acumulado no intenso e extremamente produtivo período de sua existência, encerrando assim a antiga editora vinculada ao ministério que não mais dirigia. Por outro lado, ratificou sua confiança na atuação, em todos os níveis, e em vários momentos, de Frei Veloso, inclusive quando o nomeou um dos diretores literários da Impressão Régia, além de ter, por decreto, feito comprometer a nova instituição com a continuidade de todos os trabalhos antes desenvolvidos por ele na editora que se encerrou. O historiador Ramada Curto (1999, p. 15s), afirma que o Arco do Cego, era um “empreendimento do regime”, mas onde D. Rodrigo de Sousa Coutinho “tinha intervenção pessoal e directa pelo interesse que votava aos territórios ultramarinos, nomeadamente ao Brasil. Este território era preocupação primeira dos ‘trabalhos literários’ do franciscano”. E, podemos acrescentar, a ambos se somava o interesse em promover o desenvolvimento material e espiritual dos povos da nação e do Império, em sintonia com as aspirações e as utopias possíveis naquela conjuntura extremamente difícil de Portugal.

¹⁹ Decreto de 7 de Dezembro de 1801. Fonte: *Gazeta de Lisboa*, 30/01/1802, segundo suplemento, conf. Nota de Rodolfo Garcia, em Varnhagen (1956, t. V, p. 30-40).

Rupturas e continuidades

Não durou muito a atuação benfazeja de D. Rodrigo de Sousa Coutinho na Impressão Régia e, o que foi ainda pior, à frente do governo do Príncipe Regente D. João. Em agosto de 1803, por pressão do grupo dos alinhados com a posição dos franceses no concerto das forças em conflito na Europa, e muito mais, diretamente do próprio governo francês, a situação de D. Rodrigo no cargo ficou insustentável. Pedindo demissão, afastou-se e viveu um certo ostracismo durante os anos da talvez pior crise política de Portugal, quando foi obrigado a se confrontar com as potências em guerra que, secundariamente, estavam de olho no seu território estratégico e em suas então colônias, especialmente nas riquezas do Brasil. Apesar da ruptura e da crise, a Impressão Régia deu certa continuidade a alguns projetos editoriais do Arco do Cego.

Ao fim de mais quatro anos, finalmente, o Príncipe Regente decide seguir com a família real, o séqüito, a corte e alguns escolhidos, para o Brasil, conforme vinha, muito tempo antes, apontando D. Rodrigo de Sousa Coutinho, como forma de preservar a nação e fortalecê-la, em projeto longamente sonhado de construir um império luso-brasileiro.

Ao chegar, é D. Rodrigo novamente chamado para ocupar o mesmo ministério que inicialmente ocupou no governo do Príncipe Regente, agora com o nome de Secretaria de Estado da Guerra e Estrangeiros²⁰. Uma de suas primeiras providências foi criar a Impressão Régia do Rio de Janeiro, utilizando a tipografia que o anterior ocupante da pasta, seu desafeto, Ant3nio de Ara3jo de Azevedo, futuro conde da Barca, havia trazido, junto com sua imensa e valiosa biblioteca e sua cole33o de hist3ria natural, na nau *Medusa* e, ao que se tem indicado, havia sido comprada na Inglaterra com o objetivo de tamb3m instalar, como havia feito D. Rodrigo, uma editora no minist3rio da Marinha e Ultramar, mas que n3o teria chegado a se implantar.

²⁰ A obra de Coutinho mereceu excelente estudo de Silva (2006). Foi tamb3m reeditada no Brasil, em edi33o fac-similar, a biografia feita pelo Marquez do Funchal (2008). Seus escritos, reunidos e publicados em 2 tomos, na cole33o Cl3ssicos do pensamento econ3mico portugu3s, pelo Banco de Portugal, em 1993, s3o fonte indispens3vel ao pesquisador.

Mais que a retomada de D. Rodrigo, a Imprensa Régia do Rio de Janeiro beneficiou-se também dos artistas gráficos formados no Arco do Cego e que haviam sido cuidadosamente transferidos para a Imprensa Régia de Lisboa e que para aqui conseguiram vir, alguns inclusive por serem brasileiros de origem²¹, acompanhando seu benfeitor Frei José Mariano da Conceição Veloso. Tais condições permitiram que o bibliógrafo Rubens Borba de Moraes (1965, p. 187-191) afirmasse:

Sob o ponto de vista tipográfico, não há a menor dúvida que os impressores de hoje teria muito o que aprender, vendo os livros e folhetos da Imprensa Régia. Esses compositores anônimos, vindos de Portugal, conheciam o *metier*. Eram mestres. Sabiam escolher tipos, paginar, compor uma página de rosto. Com poucos recursos obtinham efeitos admiráveis. Certas obras impressas nessa época são obras-primas da tipografia. Nunca mais se fez coisa igual no Brasil. Quando se examina a produção da Imprensa Régia (de 1808 a 1822) não se pode deixar de ficar admirado com a qualidade dos livros e folhetos que publicou. Dos mil e tantos que saíram da nossa primeira tipografia, a grande maioria é de qualidade superior. Alguns livros são até obras-primas tipográfica.

Frei José Mariano da Conceição Veloso voltou de Portugal sem ter conseguido ver publicada sua *Florae Fluminensis*, o que só viria a acontecer, ainda parcialmente, por iniciativa de D. Pedro I²². Frei Veloso e D. Rodrigo de Sousa Coutinho faleceram no Rio de Janeiro, em 1811 e 1812, respectivamente. Ambos foram sepultados no Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro. Seus nomes, juntamente com o de Antônio Isidoro da Fonseca, não deveriam ser esquecidos nas celebrações dos 200 anos da criação da nossa primeira editora permanente, a Imprensa Régia do Rio de Janeiro.

²¹ Ver, especialmente, Ferreira (1994).

²² Sobre a saga de publicação da obra botânica de frei Veloso, ver: *Flora Fluminensis*, 1961.

REFERÊNCIAS

A CASA LITERÁRIA DO ARCO DO CEGO (1799-1801). BICENTENÁRIO. “SEM LIVROS NÃO HÁ INSTRUÇÃO”. Org. de Fernanda Maria Guedes de Campos, Margarida Ortigão Ramos Paes Leme, Miguel F. Faria, Margarida Cunha e Manuela D. Domingos. Estudos de Diogo Ramada Curto, Maria de Fátima Nunes e João Carlos Brigola, Margarida Ortigão Ramos Paes Leme, Manuela D. Domingos, Miguel F. Faria e Ana Paula Tudela. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999.

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império*. Questão Nacional e Questão Colonial na crise do Antigo Regime Português. Porto: Afrontamento, 1993.

ANSELMO, Artur. “O livro português na época de D. João V” e “A fortuna editorial de Bocage”. In: _____. *Estudos de história do livro*. Lisboa: Guimarães Editores, 1997.

ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Ilhéus (Bahia): Editus, 1999.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. 2. ed. 7 v. Prefácio de Rubens Borba de Moraes. Rio de Janeiro: INL-Imprensa Nacional, 1946 [1820-1822].

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. 3. ed. São Paulo: Ibrasa, 1972.

BERGER, Paulo. *A tipografia no Rio de Janeiro – Impressores bibliográficos, 1808-1900*. Rio de Janeiro: Cia. Industrial de Papel Pirahy, 1984.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. 1º v. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970 [edição fac-similar da publicada pela Typographia Nacional (Rio de Janeiro) em 1883].

BORGMEIER, Thomaz. “Introdução – A História da ‘Flora Fluminensis’”, in *Flora Fluminensis de Frei José Mariano da Conceição Vellozo, Documentos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1961.

BOSCHI, Caio César. Política e edição: os naturais do Brasil nas reformistas oficinas do Arco do Cego. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (Org.). *Política, nação e edição*. O lugar dos impressos na construção

da vida política. Brasil, Europa e Américas. Séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006. p. 495-510.

BRAGANÇA, Aníbal. *Eros pedagógico*. A função editor e a função autor. Tese (Doutorado) –Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), S. Paulo, 2001.

_____. Antônio Isidoro da Fonseca, um precursor na história do livro brasileiro. In: MELO, José Marques (Org.). *Imprensa brasileira, personagens que fizeram história*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2009. v. 4. p. 41-52. Acessível na rede em: <[http://: www.uff.br/lihed](http://www.uff.br/lihed)>.

_____. “Uma introdução à história editorial brasileira”, in *Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. XIV, II série, 2002. Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa (Portugal), p. 57-83. ISSN 0870-4546.

BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Calouste Gulbenkian ; FCT, 2003.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Imprensa Régia no Brasil*. 2v. S. Paulo: EdUSP ; Kosmos, 1993.

CARVALHO, Alfredo de. “Genese e progressos da imprensa periódica no Brasil”, in *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, 1908, Parte I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

CONDORCET. *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Editora da Unicamp, 1993.

CUNHA, Luiz Antonio Rosado da. *Relação da Entrada que fez o Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor D. F. Antonio do Desterro Malheyro, Bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste prezente Anno de 1747, havendo sido seis Annos Bispo do Reyno de Angola, donde por nominação de Sua Magestade, e Bulla Pontificia, foy promovido para esta Diocesi*. Rio de Janeiro: Segunda Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, MDCCXLVII (Ed. fac-similar publicada como “Appendice” a Pacheco, 1931, 2º v. [ver abaixo].

CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. “Notícia histórica”, in *Oficina tipográfica calcográfica e literária do Arco do Cego, Lisboa. Estampas*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976, p. 5-19.

CURTO, Diogo Ramada. “D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego”, in *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801), Bicentenário*, Lisboa, Biblioteca Nacional-Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, 15-49.

DAMASCENO, Darcy. Frei José Mariano da Conceição Vellozo, naturalista e editor. In: VELLOZO, Frei José Mariano da Conceição. *Flora Fluminensis*. Estudos preliminares. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro/Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável/Centro de Memória e Documentação, 1999. p. 19-33.

DIAS, Maria Odila Silva. “A interiorização da Metrópole (1808-1853)”, in MOTA, Carlos Guilherme, org. *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 160-184.

DINES, Alberto. “Aventuras e desventuras de Antônio Isidoro da Fonseca”, in FALBEL, Nachman e outros, org. *Em nome da fé. Estudos in memoriam de Elias Lipiner*. S. Paulo: Perspectiva, 1999.

DOMINGOS, Manuela D. “Mecenato político e economia da edição nas Oficinas do Arco do Cego”, in *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801), Bicentenário*, Lisboa, Biblioteca Nacional-Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, p. 91-106.

DOMINGOS, Manuela D. *Livreiros de Setecentos*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000.

_____ et alli. *Gentes do livro. Lisboa, século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007.

ESCOLAR, Hipolito. *Historia del libro*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Pirâmide, 1984.

FARIA, Miguel, F. “Da Facilitação e da Ornamentação: A Imagem nas Edições do Arco do Cego”, in *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801), Bicentenário*, Lisboa, Biblioteca Nacional-Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, 107-137.

FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e letra. Introdução à bibliologia brasileira. A imagem gravada*. 2ª. ed. São Paulo:Edusp, 1994.

FLORA FLUMINENSIS DE FREI JOSÉ MARIANO DA CONCEIÇÃO VELLOZO. *DOCUMENTOS*. Org. de Fr. Thomaz Borgmeier, O.F.M. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1961. Vol. 48.

FUNCHAL, Marquez do. *O Conde de Linhares. Dom Rodrigo Domingos Antonio de Souza Coutinho*. 2ª. ed., fac-similar. Brasília: Thesaurus, 2008. Apres. de Vamireh Chacon.

GAMA, João de Saldanha da, dir. *Catalogo da exposição permanente dos cimelios da Bibliotheca Nacional*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, 1885.

GUEDES, Fernando. *Os livreiros em Portugal e suas associações desde o século XVI até aos nossos dias*. Lisboa: Verbo, 1993.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (sua história)*. 2a. ed., rev. e aum. Trad. de Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira, rev. pelo autor. São Paulo: Edusp, 2005.

LEÃO, Francisco G. Cunha. “Notas bibliográficas. A primeira imprensa Joanina no Brasil. A oficina de António Isidoro da Fonseca (Act. 1728-1750?)”. Biblioteca da Ajuda. Disponível em: <http://www.ippar.pt/sites_externos/bajuda/htm/geral/index03.htm>. Acesso em: 10 jun. 2007.

LEITE, Serafim, S.I. *Artes e ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760)*. Lisboa: Brotéria ; Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1953.

LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes, “Um breve itinerário editorial: do Arco do Cego à Impressão Régia”, in *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*, Bicentenário. Lisboa: Biblioteca Nacional-Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, 77-90.

LIMA SOBRINHO, [Alexandre José] Barbosa, org. *Antologia do Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL/MEC, 1977.

LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brazil*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1908.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita. História do livro da imprensa e da biblioteca*. 3^a. ed. São Paulo: Ática ; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2001.

MELO, José Marques de. *Sociologia da imprensa brasileira. A implantação*. Petrópolis: Vozes, 1973.

MORAES, Rubens Borba de. “A Impressão Régia do Rio de Janeiro: origens e produção”, in MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia brasileira do período colonial*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – Universidade de São Paulo (USP), 1969.

_____. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. S. Paulo: LTC ; SCCT-SP, 1979.

_____. *O bibliófilo aprendiz ou prosa de um velho colecionador para ser lida por quem gosta de livros, mas pode também servir de pequeno guia aos que desejam formar uma coleção de obras raras antigas ou modernas*. 2^a. ed., ver. e aum. São Paulo: Nacional, 1975.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. “Impressão Régia”, in VAINFAS, Ronaldo, org. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 365-366.

NUNES, Maria de Fátima, e BRIGOLA, João Carlos, “José Mariano da Conceição Veloso (1724-1811) – Um frade no Universo da Natureza”, in *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801), Bicentenário*. Lisboa: Biblioteca Nacional-Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, p. 51-75.

PACHECO, Felix. *Dois charadas bibliográficas*. 2 v. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, Rodrigues & C., 1931.

PASSOS, Alexandre. *A imprensa no período colonial*. Rio de Janeiro: MEC, 1952;

PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dorés. *D. João VI, um príncipe entre dois continentes*. S. Paulo: Cia. das Letras, 2008

PEREIRA, Ângelo. *D. João VI, Príncipe e Rei*. 4 v. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1953, 1958.

RIBEIRO, José Silvestre. *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal nos successivos Reinados da Monarchia*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1873, t. III.

RIZZINI, Carlos. *O jornalismo antes da tipografia*. São Paulo: Nacional, 1968.

SANTOS, Luiz Gonçalves dos, (Padre Perereca). *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia ; São Paulo: Edusp, 1981 [1825]

SENNA, Ernesto. "A Impressão Régia" [1908], in *Rascunhos e perfis*. Brasília: Ed. UnB, 1983, p. 491-508.

SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1744-1812*. T. II: L'homme d'État, 1796-1812. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006.

SILVA, Inocência Francisco da. *Dicionário Bibliográfico Português*. 23 v. Ed. fac-similar. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

STELLFELD, Carlos. *Os dois Vellozo*. Biografias de Frei José Mariano da Conceição Vellozo e Padre doutor Joaquim Vellozo de Miranda. Rio de Janeiro: Sousa, 1952.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. 5a. ed. Rev. e notas: Rodolfo Garcia. São Paulo: Melhoramentos, 1956

VELLOZO, Frei José Mariano da Conceição. Prefácio do tomo 1, parte I de *O Fazendeiro do Brasil*. Lisboa: Régia Officina Typographica, 1798.

_____. Prefácio a ARAGÃO, Francisco de Faria e. *Tratado Histórico e Fysico das Abelhas*. Lisboa. Lisboa: Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800.

_____. Prefácio a *O Fazendeiro do Brasil. Cultivador*. [...]. Tomo II. Parte II, Lisboa: Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1800a

_____. *Flora Fluminensis*. Estudos preliminares. Rio de Janeiro: Centro de Memória e Documentação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável/RJ, 1999.

VERÍSSIMO [DE MATTOS], José. “A Instrução Pública e a Imprensa”, *in Livro do Centenário (1500-1900)*. Secção IV. Publicado sob os auspícios da Associação do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.